

14

COMO SE CONSTRÓI UM PROFESSOR-PREGADOR? O ITINERÁRIO DE UM PROFESSOR NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Helder Henriques

Introdução

A construção da identidade socioprofissional de um grupo – como o dos professores – corresponde a um conjunto de processos que se realizam em contexto institucional especializado – como as Escolas de formação de professores – e onde, além desse contexto, os meios econômico, social, político e religioso, entre outros, influenciam a construção identitária do professor (Nóvoa, 1989, 1995, 2000). Se a formação constitui a alavanca mais expressiva, e visível, no processo de construção da identidade socioprofissional do grupo dos professores, também é seguro afirmar que os contextos, social, econômico, político ou religioso constituem influenciadores permanentes que moldam aquilo em que o professor se tornará enquanto profissional detentor de um determinado saber-fazer científico, pedagógico e ético (Henriques, 2008, 2018).

Partindo deste pressuposto, e da relação estreita que existe entre a formação e a dimensão pública da atividade profissional, defendemos que no interior dos grupos profissionais devem ser estudados, por um lado, os trajetos curriculares, mesmo antes da integração dos sujeitos nas instituições formativas especializadas e, por outro lado, os percursos de adaptabilidade, particularmente, sociocultural, político e religioso, assim como as estratégias que os sujeitos foram construindo e utilizando com o objetivo de aplicar, em contexto as aprendizagens que os tornaram profissionais, defender os princípios que enformaram

– colocaram na forma – o contexto em que viveram e, ainda, as maneiras encontradas para ir além daquilo que pode ser considerado como uma “normalização pedagógica minimalista”, como aconteceu, por exemplo, no Estado Novo Português.

Este trabalho constitui parte de uma investigação, que tem sido realizada com andamentos diferentes e que agora retomamos, com o objetivo de evidenciar a importância do processo de moralização do professor do ensino primário; na perspectiva da Igreja Católica em associação com o Estado – nas primeiras décadas do regime político do Estado Novo, particularmente nas décadas de 30 e 40 do século XX –, para perceber o modo como influenciavam a ação do docente transformando-o naquilo que, autores diversificados, designam como professor-pregador.

Para o feito, analisamos com particularidade o exemplo de um professor que nasceu, formou-se e desempenhou a sua atividade profissional num *concelho* do interior de Portugal, próximo da Espanha, chamado Penamacor, na primeira metade do século XX: José Manuel Landeiro. De modo a garantir substância a este trabalho de natureza qualitativa, procuramos os fundamentos teóricos junto daqueles que como Nóvoa (1989, 1995, 2000) evidenciaram a importância de compreender os mecanismos de construção de uma atividade profissional como a dos professorados. Além disso, decorrente de outros trabalhos (Henriques, 2011), organizamos um conjunto de fontes primárias e/ou secundárias que decorrem de documentos pessoais que nos foram oferecidos pela família, ou oriundos da relação (levantamento de documentação) construída por nós no que diz respeito às diferentes publicações que realizou no decorrer da sua vida, com destaque para a imprensa local onde participava assiduamente. De igual

modo, constituem fontes importantes os documentos consultados no Arquivo do Seminário Menor do Fundão.

Este estudo, em alguns momentos revelou tensões e contradições que procuramos ultrapassar através da triangulação da documentação e recorrendo a outros estudos de natureza contextual, que possibilitaram uma interpretação mais firme face ao conjunto de documentos que analisamos e que permitiram o questionamento de um percurso de vida que pode servir de reflexo de tantos outros professores que viveram no período em análise e que, de uma ou de outra forma, entrosados no regime político do Estado Novo, procuraram mecanismos de valorização da sua condição individual, socioeconómica e profissional.

O contexto de produção do professor: o Estado e a Igreja

Os professores, tal como afirma Mogarro, (2008, p. 28):

são (e eram) portadores de uma formação académica e profissional específica, articulada em torno de um campo disciplinar e científico de conhecimentos e de práticas, possuindo um corpo de saberes e de saber-fazer específico e autónomo em relação a outros domínios disciplinares. Falamos da construção de um conhecimento profissional próprio, que integra ainda a dimensão ética e deontológica que acompanha a profissão docente.

Como se percebe, os percursos profissionais dos professores estão integrados em contextos “supra dimensionais”, como é o caso do Estado e da Igreja na produção de políticas educativas, estas, contribuindo decisivamente para a construção dos sujeitos educativos numa determinada perspectiva e implementar normas e condutas consideradas aceitáveis em uma dada sociedade ou comunidade.

Depois de um conjunto de fragilidades políticas vividas no contexto da 1ª República Portuguesa (1910 – 1926), Portugal viveu um

período de ditadura durante 48 anos (1926-1974). É nesse período que se integra o Estado Novo português, liderado majoritariamente por António de Oliveira Salazar. O regime político ditatorial por ele liderado, instrumentalizou a educação e tornou-a um meio a serviço de um regime autoritário, centralizador e vigilante dos costumes. Na verdade, o grande executor das políticas educacionais de Oliveira Salazar foi o Ministro Carneiro Pacheco que construiu, a partir de 1936, as bases daquilo que se viria a titular “Educação nacional”.

Entre muitas outras medidas, a década de 30 do século XX, ficou marcada pela alteração da designação do, até então, Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional. Sintomático daquilo a que se propunha. Foi criada a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, procurando exercer influência sobre a juventude e o seu “enquadramento ideológico e moral” e, um pouco mais tarde, foi criada uma organização semelhante para o público feminino.

Podemos afirmar, na sequência do pensamento de Nóvoa (1992), que ao longo da década de 1930 e, particularmente no que diz respeito à atividade profissional do então chamado de professor de ensino/instrução primário, verificou-se uma tentativa clara de “minimalismo educativo”. A preocupação política com os problemas que o conhecimento e a aprendizagem podiam colocar no interior da sociedade portuguesa, com níveis de analfabetismo aflitivo, levaram a uma redução da escolaridade obrigatória (1930), à criação dos postos de ensino (1931), à simplificação dos programas (1929 – 1937) e, ainda, a uma orientação do ensino pela moral cristã (1935) (Nóvoa, 1992, p.479).

A Escola primária portuguesa enquadrava-se, portanto, no interior das já referidas “supradimensões” da política educativa portuguesa, particularmente nos primeiros anos de instrução: o Estado e a Igreja. Parece consequente afirmar que a maioria dos professores agiam de acordo com os

desígnios destas “influenciadores” e “construtores” da sociedade Portuguesa, particularmente no contexto político do Estado Novo.

O desenvolvimento da ideia de “professor-pregador” reporta-se, essencialmente, à unicidade dicotômica apresentada anteriormente. Um professor que procurava instruir de acordo com as orientações do regime político e, simultaneamente, objetivava a moralização dos seus jovens estudantes – crianças neste caso – à luz da Igreja Católica, que se constituiu uma aliada fundamental do regime político do Estado Novo. Tal como nos refere Adão (1984, p. 177):

A educação moral na escola primária tem carácter prático; de acordo com as normas oficiais, o professor tem a missão de orientar os alunos na prática de acções tendentes à aquisição de bons hábitos, quer tendo em vista uma conduta perfeita na vida e a aquisição da virtude, quer tendo em vista a plena responsabilidade dos seus actos. O professor deve conhecer os alunos de forma a completar, aperfeiçoar ou corrigir a educação recebida na família. Esta educação moral estende-se também ao aproveitamento das tendências naturais que predisõem para o bem.

Percebe-se a importância social atribuída pelo regime político do Estado Novo à profissão de professor, na medida em que encontrou nesta atividade profissional o instrumento ideal para garantir a edificação da “sagrada oficina das almas” onde, mais do que a própria instrução, importava a formação de uma determinada consciência moral adequada, de acordo com uma matriz Católica. Traçado, de um modo muito geral, o quadro político onde nos movimentamos importa olhar, especificamente, para o percurso de vida do professor José Manuel Landeiro.

O percurso biográfico: da formação à profissão

O itinerário biográfico de José Manuel Landeiro iniciou-se na sua terra natal, uma pequena aldeia situada no *concelho* de Penamacor

[Aldeia do Bispo], na entrada do século XX (1905). O seu nascimento aconteceu no seio de uma família católica e, no mesmo ano, foi batizado na Igreja Paroquial de S. Bartolomeu, pertencente à Diocese da Guarda (ASMF, 1918).

Frequentou, como era comum, a instrução primária na sua aldeia, tendo como professor Manuel Martins Leitão, que lecionou nessa localidade durante cerca de 25 anos, até 1923. A escola de instrução primária de Aldeia do Bispo iniciou a sua atividade de instrução num espaço religioso – Capela do Espírito Santo – tornando-se, assim, um “duplo Templo, templo religioso e instrutivo. Foi ela durante 38 anos o centro intelectual das primeiras letras da localidade” (Henriques, 2011, p. 20).

Concluído o exame de instrução primária frequentou, como era relativamente habitual para quem vivia neste território rural e nascera em famílias “modestas”, o Seminário Menor do Fundão, no território da Beira Baixa, Portugal. Ali permaneceu durante cinco anos onde incorporou e aprofundou hábitos e valores cuja matriz era o Catolicismo. Pouco tempo antes da sua entrada nessa instituição tinha sido alvo, de acordo com Gonçalves (2001, p. 9), de “feroz perseguição jacobina ao Seminário”. A frequência ao Seminário Menor do Fundão aconteceu no período da 1ª República Portuguesa (1910-1926), não se estranhando nessa época a existência de ideias, ideais e poderes diferentes em conflito, nomeadamente da relação do Estado com a Igreja. No contexto da 1ª República Portuguesa verificou-se um convicto afastamento do Estado face aos desígnios da Igreja.

Em 1918, quando inicia a frequência ao Seminário, o pároco da sua aldeia “atesta que José Manoel Landeiro natural e morador nesta freguesia tem **bom comportamento moral e religioso e muito boa vocação para a vida sacerdotal [...]**” (ASMF, 1918).

A aprendizagem dos valores de inspiração católica foi de tal ordem que o próprio José Manuel Landeiro, em 1949, recuperando a memória da sua passagem pelo Seminário Menor do Fundão, afirmava que (p.2):

[...] é este o maior prazer espiritual que nos acompanha desde o dia, que, não sentindo vocação para a vida sacerdotal, tivemos de sair do seminário que frequentamos durante cinco anos. Não esquecemos o grande abraço, os conselhos paternais que o grande mestre nos deu à saída, abraço este e conselhos estes que se vêm repetindo todas as vezes que entrarmos na **Casa que nos formou moral e intelectualmente**, que nos ensinou o amor à virtude e ao trabalho.

Ao longo da sua vida afirma a importância das aprendizagens colhidas de vários párocos, seus professores, que estiveram presentes em sua trajetória. Referindo-se aos mesmos no sentido mais nobre, por “mestres”, assim evidenciando que, provavelmente, as suas aprendizagens no Seminário Menor do Fundão constituem as mais significativas e marcantes no decurso da sua vida profissional.

Depois da passagem pelo Seminário Menor do Fundão, foi estudar no Liceu Gil Vicente, em Lisboa. A permanência nessa instituição de ensino ficou marcada pela sua participação da criação do periódico “De Capa e Batina”, em colaboração com Trindade Ferreira. Esta publicação teve apenas um único número, publicado a 17 de fevereiro de 1927. Ainda assim, representa o interesse crescente pelas temáticas educacionais e pedagógicas ali apresentadas, que apontam para a valorização da atividade profissional do professor, entre outras temáticas.

No final da década de 20 do século passado, o ainda estudante José Manuel Landeiro, deixou a cidade de Lisboa e foi estudar na Escola Normal do Magistério Primário de Coimbra. O país já estava num momento de grande agitação política e de implementação do regime conservador português: o Estado Novo. Nessa instituição de formação de professores, tomou contato com diversas personalidades, das quais

destacamos o professor, inspirado nas ideias da “Escola Nova”, Álvaro Viana de Lemos.

Landeiro também esteve presente no início da revista “Escola Renovada”, publicada pela primeira vez no dia 8 de março de 1930, propriedade da Liga dos Antigos Alunos da Escola Normal Primária de Coimbra. Objetivava-se, entre outros aspetos, a valorização da figura do professor primário numa perspectiva de sacerdócio ou de missão na qual José Manuel Landeiro se revia e que posteriormente praticou, como veremos adiante.

Fig. 1. José Manuel Landeiro na década de 20



Fonte: acervo do autor.

(Gentilmente cedida pela filha, Dr^a Carlota Landeiro)

Ainda assim, verifica-se, igualmente, uma tentativa de compreender os processos de circulação de ideias provenientes do exterior do país. Por essa altura, encontramos, pelo menos um texto

escrito pelo punho de José Manuel Landeiro (1930), realçando um conjunto de atividades que ele presenciou, nomeadamente:

[...]uma lição método de João de Deus pela prof. D. Celeste Teles e depois as visitas à exposição bi bliográfica das obras de João de Deus dirigida pelo prof. Tomaz da Fonseca e á exposição do material didáctico dirigido pela professora d. Celeste Teles e para terminar a visita à exposição de trabalhos de alunos dirigida pelo prof. Viana de Lemos. Tivemos ocasião de admirar dois retratos de João de Deus, do aluno e nosso conterrâneo Luiz Martins Carreira, que embora novo é já considerado um grande artista. Vimos também os retratos a pastel dos seguintes pedagogos: Kerscheeusteiner, Férriere, Claparede e Lombard-Ratice, do prof. V. de Lemos. Á noite foi oferecido, pelos professores da Escola e actuais alunos um chá dançante, aos ex-alunos. O chá dançante realizou-se no «Grémio-Operário» que correu muito animado, próprio das almas moças.

Parece haver uma simpatia, tímida, pelos ideais pedagógicos da Educação Nova, embora careça de mais estudos e reflexões, provavelmente decorrente do contato e das influências de Álvaro Viana de Lemos, bem como da apropriação que fazia da importância de um ensino ativo, com utilidade, plural e na relação com o exterior, ou seja, com a comunidade. Este enquadramento muito marcado pela sua formação académica parece evidenciar, por parte de José Manuel Landeiro, a necessidade de criar um instrumento onde pudesse dialogar com as diretrizes estatais e religiosas, portanto de “professor-pregador”. Mas essas diretrizes, por ele, já articuladas com uma educação das crianças mais novas de forma ativa, como tinha apreciado e vivido em Coimbra nas aprendizagens com Álvaro Viana de Lemos. De qualquer modo, procuraremos aprofundar posteriormente este trabalho de investigação particularmente no que diz respeito a uma tentativa de aplicação, tímida, dos ideais baseados no ensino ativo, útil e integral.

A profissão: Landeiro – o professor-pregador

Na década de 30 do século XX, a partir de 1934, em Portomar, *concelho* de Mira, iniciou a atividade profissional de professor. Dois anos depois, conseguiu transferir-se para a localidade de Águas, no *concelho* de Penamacor e, logo a seguir, em 1936, para a sede do *concelho*: a Escola Masculina de Penamacor. Nessa escola manteve-se lecionando durante cerca de 15 anos, transferindo-se para o Montijo em 1950, tendo ainda sido nomeado, na década de 1940, delegado da Junta Nacional de Educação, no *concelho* de Penamacor. Tal cargo, parece refletir a confiança do regime político do Estado Novo na ação do professor José Manuel Landeiro, confirmando a sua adesão ao regime político vigente.

Reconhecemos nos diversos textos publicados na imprensa regional e local uma visão paternalista que se instalou, e veio para ficar, durante muitos anos na educação portuguesa. José Manuel Landeiro (1930), não esconde a importância dessa visão, também decorrente da sua formação numa instituição de perfil religioso e católico, quando afirma o seguinte:

Com a sacola dos livros aos ombros e o cabaz da merenda na mão sigo-as todos os dias de manhã, a caminho da **escola, ninho do amor**, em revoado alegre e chilreando como os passarinhos. Os meus cantares servem de toque de alvorada a muitos que, aquelas horas, estão sendo ainda embalados nos suaves braços de Morfen. Os seus **risos de inocência encaixilhados de esperança**, lembram-nos os gorgeios das avesinhas quando andam a construir os ninhos ou então quando querem emigrar, isto é, ir à procura dum outro clima mais suave e doce, onde elas possam **cantar mais alegremente os hinos de louvor ao Criador!**

E é ao som dos cantares que eu começo e findo a labuta de todos os dias, convertendo-se para mim, desta maneira, o castigo de Deus – O Trabalho – em alegre brinquedo.

Ao chegarem à escola vestem o uniforme, um vestidinho branco, que faz com que as criancinhas dêem à escola um tom de alegria e que as assemelhem aos níveos lírios dos jardins de Portugal ou a **anjos**

corporisados, parecendo assim transformá-las em seres puros e ilibados.

Durante a aula são a alegria do professor.

Este **ministra-lhes o saboroso pão da instrução, alimento espiritual** que fará delas os homens d`amanhã, dignos do nosso respeito e veneração.

Naquelas criancinhas tam despreocupadas da vida **o professor vê os futuros homens de Portugal.** Ele sabe que dali hão-de sair, talvez, outros **Camões, Gil Vicente, Manuel Bernardes, António Vieira, Sacadura e Coutinho, Gomes Teixeira e Nuno Alvares Pereira**, etc... Por isso ele se sente alegre.

E não terá ele o direito de se sentir contente? **Não é ele o pai espiritual dessas criancinhas?** E, como pai que é, não tem ele o direito de compartilhar das alegrias de seus filhos?

Soa a hora do recreio. **As creancitas saem alegres e satisfeitas**, como sucede sempre, da sala de aula para o pátio do recreio. **Abraçam-se umas às outras porque se amam como um amor sincero** e puro. São irmãos e **não conhecem o ódio e o olhar envidado de Caim para com seu irmão Abel.** Brincam animadamente. Nas crianças que todos os dias vejo à hora do recreio contemplo olhos pretos como uma noite sem luar, outros verdes cor de esperança e ainda outros azuis debruados a branco...Eu ao contempla-las sinto estalar-me o coração, sobo peso duma saudade. Eu vejo naquelas **alminhas inocentes, como num espelho cristalino, a minha imagem de criança!** Eu então mato essas saudades brincando com elas, fazendo, assim, criança junto de crianças!

Este excerto de texto, representa bem o paternalismo, de inspiração Católica, que o Estado Novo defendia para a educação das crianças e que José Manuel Landeiro traduz, inequivocamente, no seu texto. A referência a um conjunto de personagens de inspiração bíblica ou de aspecto religioso, com os princípios da alegria, do amor, da felicidade das crianças na Escola, e alguns “heróis” da história portuguesa, de que são exemplo Luís de “Camões, Gil Vicente, Manuel Bernardes, António Vieira, Sacadura e Coutinho, Gomes Teixeira e Nuno Alvares Pereira”, constituem o sinal maior da dupla presença supra dimensional, que defendemos anteriormente, no discurso deste professor: a relação do Estado e da Igreja no contexto da educação e na visão reservada ao professor de instrução primária. O professor-

pregador José Manuel Landeiro traduzia, já no começo da década de 1930, o projeto educativo que procuraria implementar na sua atividade pedagógica diária, em articulação com os princípios enformadores do regime político de então.

Fig. 2. Grupo de alunos de Penamacor no ano letivo de 1949 - 1950.



Fonte: Imagem extraída de “O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda” de José Manuel Landeiro, 4ª edição, 1995.

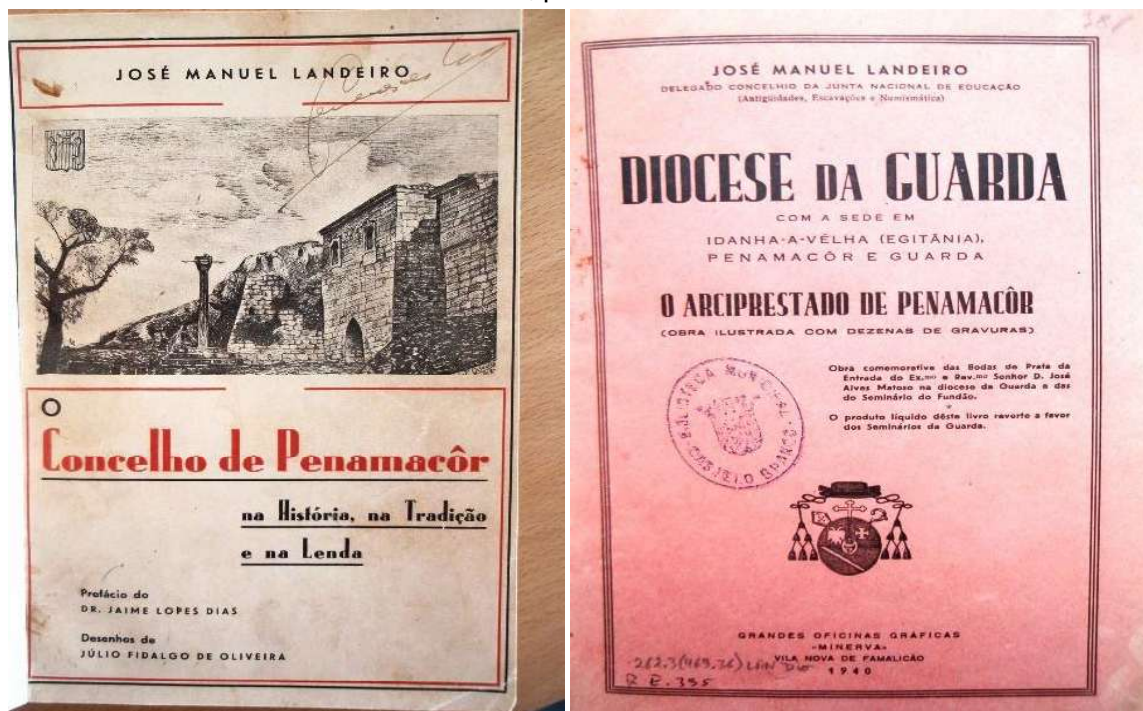
Pouco tempo depois, a propósito do 10º aniversário da ascensão de Salazar ao poder (1938), José Manuel Landeiro afirma-se, peremptoriamente, um discípulo da “Lição de Salazar” com um texto com o mesmo título publicado na imprensa regional. Defende nesse artigo a Educação Nacionalista, exaltando que essa “patriótica comemoração deve a sua iniciativa ao ministro educador que tem já o seu nome estritamente ligado às páginas da história do nosso ressurgimento espiritual. Este ministro é, como todos o sabem, o Doutor Carneiro Pacheco” (Landeiro, 1938) e, prossegue, salientando a obra e os progressos no domínio da educação, reforçando que “todas as sessões comemorativas desta histórica data, quer escolares, quer extra-escolares, foi como que **um grito uníssono de apoio à obra de Salazar e a dizer-lhe que continue a revolução**”.

Estamos em condições de afirmar que o professor José Manuel Landeiro encarnou o espírito nacionalista e conservador de um modo incondicional. A sua profissão era interpretada como um verdadeiro sacerdócio, uma missão, junto das comunidades rurais onde se foi integrando pelo menos até à década de 1950. A importância da Escola como meio difusor de ideias, tal como defendia o Estado Novo, está bem cimentada no excerto seguinte:

O professor primário, o grande revolucionário dos espíritos, explicou essa lição [a lição de Salazar] magistral da maneira mais acessível à inteligência, ao raciocínio e aos conhecimentos da criança. O professor teve de falar às famílias dos alunos, isto é, ao povo. Como o povo não passa dum criança, foi essa mesma lição que o professor desenvolveu e fez meditar «a lição de economia que se traduz em diligência na obtenção de receitas e em prudência na aplicação das mesmas».

José Manuel Landeiro apresenta-se como um ator educativo que representa bem o que se esperava de um professor do ensino primário naquela época. Por um lado, defensor de uma Educação Nacionalista – proposta pelo Estado Novo –, por outro lado, defensor dos valores de inspiração Católica – professor-pregador – aplicados nos contextos em que ensinava as suas crianças.

F.3. a) Capa do livro de José Manuel Landeiro “O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda” (edição original de 1938); b) Edição original do livro “Diocese da Guarda com sede em Idanha-a-Velha (Egitânia), Penamacor e Guarda – O Arciprestado de Penamacor”, publicado em 1940.



Fonte:Acervo pessoal do autor.

Apesar desta faceta de José Manuel Landeiro, do ponto de vista da sua ação pedagógica, também encontramos um conjunto de iniciativas que – enquadradas no regime político – procuravam alargar a visão dos seus alunos. No percurso biográfico, não aconteceu por mero acaso, o interesse pela Educação, pela Etnografia, pela História ou pela Arqueologia. Foram diversas as publicações que foi escrevendo no decurso da sua vida profissional, como forma de legitimar a sua atividade profissional e, simultaneamente, evidenciar junto dos seus alunos e da comunidade a importância da profissão que exercia.

Porém, falta compreender de que modo pode ter ocorrido alguma influência do ideário pedagógico da Escola Nova nas práticas educativas desse professor. Já dissemos que ele, apesar de acreditar nos ideais do Estado Novo, também foi formado no interior de princípios pedagógicos

inspirados na Escola Nova, particularmente quando estudou em Coimbra. Tal como afirma Mogarro (2006, p. 254):

A ruptura apontada para os anos trinta, em que o universo pedagógico português via chegar ao fim o modelo da Educação Nova e passava a ser dominado pela educação salazarista, tem assim uma perspectiva alternativa: a da permanência dos princípios da Educação Nova. Esta continuidade situa-se em níveis menos evidentes e remete para redes de circulação de ideias e modelos pedagógicos e culturais. (...) Foi um processo que se manteve ao longo dos anos 30, 40, 50 e 60 em Portugal, sob um regime político de forte censura e que não se identificava com a matriz de referência desse modelo, dominante nos anos vinte no pensamento pedagógico português.

Neste sentido, pode ter existido um processo, também muito tímido, de aplicação, no contexto do Estado Novo, de ideais pedagógicos que colocavam a criança no centro da ação profissional do professor. Ideia que deve ser aprofundada através de mais investigação do vasto espólio associado ao professor José Manuel Landeiro.

Considerações finais

A profissão de professor como a conhecemos na atualidade evoluiu a partir de uma ideia de estatização do ensino. Depois de avanços e recuos, no decorrer da Modernidade tornar-se professor significou, gradualmente, o domínio de um conjunto de saberes e técnicas científicas e pedagógicas. Simultaneamente, foram-se definindo normas e valores caracterizadoras da profissão docente.

A valorização da profissão de professor gravitou no interior de duas grandes dimensões – o Estado e a Igreja. No que diz respeito, particularmente, às questões de natureza axiológica a grande inspiração, com maior ou menor aderência dependendo do regime político vigente, foi a Igreja Católica.

Neste capítulo, apresentamos um breve itinerário da vida de um professor que vivia no interior de Portugal, num território rural. Percebemos que o berço influencia, provavelmente também por motivos económicos, a sua entrada no Seminário Católico do Fundão. Entendemos que as influências exercidas nesse contexto institucional permaneceram presentes ao longo de toda a sua vida, recordando essa formação em diversos momentos, e se refletiu no exercício da profissão docente, como tivemos oportunidade de verificar nos testemunhos recolhidos na imprensa regional e local.

José Manuel Landeiro, ainda que tenha tido contato com princípios pedagógicos orientados para uma educação ativa, útil e funcional, como era apanágio da Educação Nova; na sua passagem pela Escola do Magistério Primário de Coimbra, foi sempre um entusiasta de uma educação nacionalista, isto é, de acordo com as orientações do regime político do Estado Novo.

Ainda assim, temos razões para acreditar que a ideia de missão que estava presente nas suas práticas, observações e no exercício da profissão docente, também incluía, embora levemente, a importância das crianças procurarem o saber, conhecer mais das suas tradições e regiões, reconhecerem a importância do conhecimento científico e pedagógico, tendo em conta que o próprio professor Landeiro escreveu, investigou e criou projetos culturais e científicos, como foi o caso dos materiais recolhidos para a constituição do Museu e Biblioteca Escolar da Escola Masculina de Penamacor.

José Manuel Landeiro foi um professor-pregador, que assumia a profissão docente como uma missão ou sacerdócio, embora com uma capacidade de participar e valorizar a sua condição profissional através da busca incessante do conhecimento até ao final da sua vida.

Referências

- ADÃO, Á. **O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)**. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984.
- GONÇALVES, M. Epopeia do Heroísmo. In: **Manhã Radiosa**, Ano XIV, nº 25, 2001, pp. 9.
- HENRIQUES, H. **A enfermagem em Portugal: formação e identidade profissional – A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948 – 1988)**. Castelo Branco: RVJ Editores, 2018.
- HENRIQUES, H. Educação e História Local: uma experiência em Penamacor no final dos anos 40 (Séc. XX). In: SANTOS, J. M. & CATANA, A. S. (Coord.). **Memória e História Local**. Coimbra: Palimage Editores, 2010.
- HENRIQUES, H. **José Manuel Landeiro: educador, historiador e etnógrafo – esboço de uma vida**. Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 2011.
- HENRIQUES, H. **O professor do ensino liceal: Portalegre (1851-1963)**. Coimbra: Palimage, 2008.
- LANDEIRO, J. M. As crianças da escola. In: **A Era Nova**, Ano III, nº 139, 6 de Março de 1930.
- LANDEIRO, J. M. De Penamacor – Monsenhor Santos Carreto. In: **A Beira Baixa**, Ano XIII, nº 640, 01 de Outubro de 1949, pp. 2
- LANDEIRO, J. M. A lição de Salazar. In: **A Beira Baixa**, Ano II, nº 58, 21 de Maio de 1938.
- LANDEIRO, J. M. Na Escola Normal Primária de Coimbra – O Centenário de João de Deus e a festa de confraternização dos antigos alunos. In: **Acção Regional**, Ano IV, nº 199 de 16 de Fevereiro de 1930.
- LANDEIRO, J.M. **Diocese da Guarda com sede em Idanha-a-Velha (Egitânia), Penamacor e Guarda – O Arciprestado de Penamacor**. Minerva: Vila Nova de Famalicão, 1940.
- LANDEIRO, J.M. **O concelho de Penamacor – na História, na Tradição e na Lenda**. 4ª edição, Penamacor: Câmara Municipal de Penamacor, 1995.

MOGARRO, M. J. Prefácio. In: HENRIQUES, H. **O professor do ensino liceal: Portalegre (1851-1963)**. Coimbra: Palimage, 2008.

MOGARRO, M. J. Bibliotecas Particulares e Saberes Pedagógicos. In: Pintassilgo, J.; Freitas, M. C., Mogarro, M. J., Carvalho, M. Ch., **História da Escola em Portugal e no Brasil – Circulação e Apropriação de Modelos Culturais**, Lisboa: edições Colibri/ Centro de Investigação em Educação/ Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores**. 2^o edição, Porto: Porto Editora, 2000.

NÓVOA, A. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A., A Educação Nacional In: ROSAS, F. (Coord.). **Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo 1930-1960**, Vol. XII, Lisboa: Presença, 1992.

NÓVOA, A., **Le Temps Des Professeurs**, 2 vols., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

PORTUGAL. Arquivo do Seminário Menor do Fundão (ASMF). **Atestado de bom comportamento – Processo individual de Aluno – Seminário Menor do Fundão – 1918/1919**.

PORTUGAL. Arquivo do Seminário Menor do Fundão (ASMF). **Registo de Nascimento – Processo Individual de aluno – Seminário Menor do Fundão – 1918/1919**.